



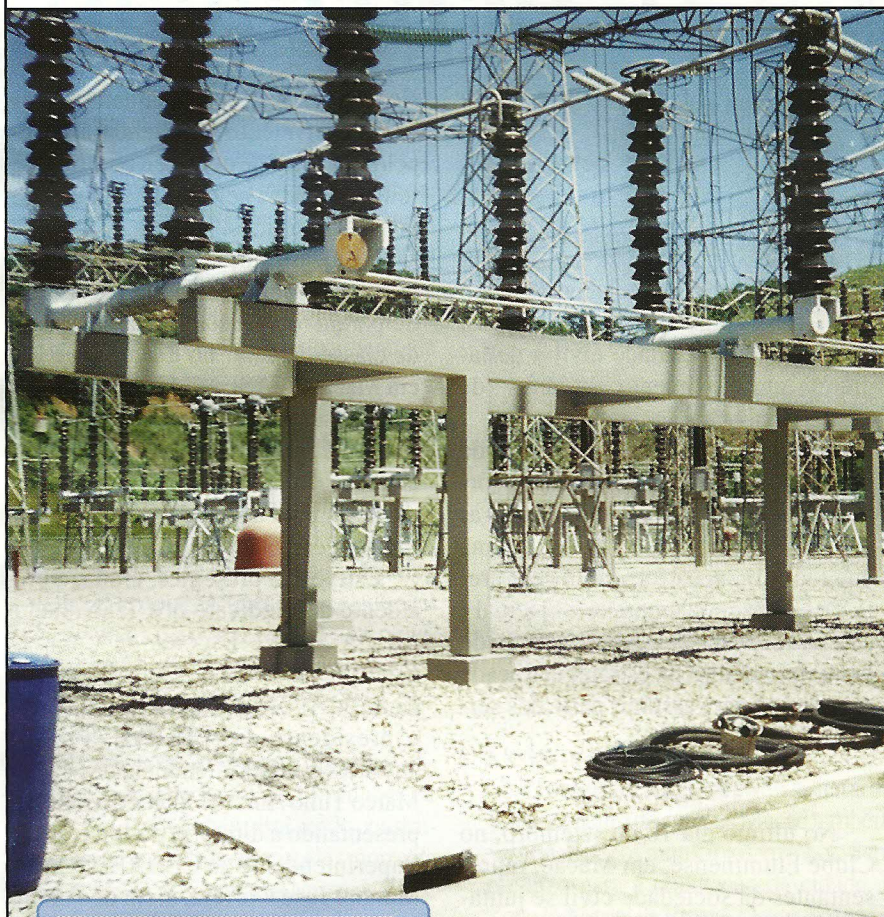
**Jornal da**

# ASEAC

Distribuição gratuita

Informativo da Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE

## Curto circuito no modelo



**LIGHT RECORRE À JUSTIÇA  
CONTRA A CEDAE PARA RECEBER  
CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA**

**A** ASEAC decidiu recorrer ao representante dos acionistas minoritários no Conselho de Administração da CEDAE, Dario Mondego, para que este solicite oficialmente à diretoria da empresa informações sobre a real situação das contas de energia, que a Light está cobrando na Justiça. Segundo a Light, a CEDAE deve cerca de R\$ 130 milhões à concessionária de energia e não estaria honrando sequer o pagamento mensal das contas. De acordo com as únicas informações prestadas à imprensa e repetidas à ASEAC pela CEDAE, a prioridade da empresa é o pagamento de produtos químicos para tratamento e salários dos funcionários. Para a ASEAC, a crise deflagrada pela Light na CEDAE demonstra a urgência de se repensar o modelo de gestão da empresa.

PÁGINAS 8 E 9

Festa de fim de ano

### Happy Hour no Clube 17

Como já é tradição na ASEAC, amigos e familiares dos associados e colegas da CEDAE vão se reunir no próximo dia 03 de dezembro para a festa de confraternização de fim de ano. Desta vez, será um "Happy Hour", marcado para às 18 horas, no Clube 17 (Clube dos Macacos), regado com um coquetel e muita alegria. Não falte, traga seus amigos e parentes e venha comemorar com a gente mais um ano de fortalecimento, de união e de luta em defesa da nossa CEDAE. O Clube 17 fica na rua Pacheco Leão, 2038, no Jardim Botânico. Os convites, que custam apenas R\$ 15,00, podem ser adquiridos na sede da ASEAC. Reservas e convites pelo telefone da ASEAC - 2263-6240 - ou através do E-mail: [aseac@veloxmail.com.br](mailto:aseac@veloxmail.com.br). Não perca!

### Água O sangue da terra

A água é o sangue da terra.  
Insustituível  
Nada é mais suave e, no entanto,  
nada a ela resiste:  
Aquele que conhece seus princípios  
pode agir corretamente,  
tomando-a como chave e exemplo.  
Quando a água é pura,  
o coração do povo é forte.  
Quando a água é suficiente,  
o coração do povo é tranquilo.

Filósofo Chinês  
Século IV A.C

**Associado: cadastre seu email na ASEAC e fique sempre bem informado**





MACAÉ

População de Macaé, trabalhadores da CEDAE e políticos se mobilizam contra

# Nova ameaça de privatização

**A**s pressões e o forte "lobby" que vêm sendo exercidos pela atual administração do prefeito Silvio Lopes, de Macaé, para privatizar os serviços de saneamento, levaram os trabalhadores e a sociedade civil a deflagrarem um movimento em defesa da CEDAE pública no município.

A mobilização contrária à venda da companhia já vinha crescendo de forma acelerada, principalmente devido às queixas da população contra a péssima qualidade da água fornecida pela prefeitura através da empresa municipal - a Emusa - criada pela administração do município dentro da estratégia traçada para tentar assumir parte dos serviços na cidade.

**Reação coletiva**

No último dia 10 de setembro, no Clube Fluminense, em Macaé, representantes da sociedade civil se juntaram aos trabalhadores da CEDAE num ato político destinado a marcar sua po-

sição em defesa do saneamento público. O movimento vem sendo apoiado pelos partidos de oposição ao atual prefeito, liderados pelo PMDB, junto com outros 13 partidos.

Da manifestação, além das diversas lideranças comunitárias e sindicais, participaram representantes das entidades de classe do setor no Estado do Rio e em Macaé. A ASEAC foi representada pelo presidente, Flávio Guedes, que defendeu a manutenção do saneamento nas mãos do Estado, "como única forma de garantir água de boa qualidade às futuras gerações".

Estiveram presentes, ainda, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgotos de Campos, Eirilza Zózimo Valatão Ferzeli; o presidente da AFTAE, Marcos Puccini Lara; o presidente da ASAPAE, Vicente Arantes; o Superintendente de Macaé, Marco Túlio Abreu; Marcello Motta, representando a diretoria do Interior; e o Superintendente da CEDAE em Piraí, Manoel José Correia, além dos diversos líderes comunitários, sindicais e trabalhadores da CEDAE.

Fotos: Arquivo



CEDAE está respondendo à pressão de privatização pela prefeitura com obras



**Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE**

Rua Sacadura Cabral, 120, Sala 1004, Centro Rio de Janeiro - RJ  
 Telefone: 2263-6240  
 Telefax: 2253-7482  
 E-mail: aseac@veloxmail.com.br  
 Home Page: www.aseac.com.br

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**Diretor Presidente**  
 Flávio Guedes

**Diretor Vice-Presidente**  
 Pedro Evandro Ferreira

**Diretor Administrativo**  
 Jorge Haddad de Aquino

**Diretor Financeiro**  
 Maurício Abramant Guerbatin

**Diretor de Comunicação**  
 Maria de Fátima Guerbatin

**Diretor Técnico**  
 João Benedito Mello

**Diretor Social**  
 Marcio de Melo Rocha

**Diretor Jurídico**  
 Dylair Benigno dos Santos

**Diretor Adjunto**  
 Nelson Portugal

**Conselho Diretor - 2004/2006**

- Repres. dos Advogados**  
Aloysio Gomes Feital Filho
- Repres. dos Aposentados**  
Antonio Bastos de Oliveira  
José Rômulo de Melo  
Paulo C. S. Ripper Nogueira
- Repres. dos Arquitetos**  
Tânia Mara Silva
- Repres. dos Contadores**  
Sérgio Pereira
- Repres. dos Economistas**  
João A. Vasco Rodrigues
- Repres. dos Engenheiros**  
Adriano Gama Alves  
Armando Costa Vieira Jr.  
Carlos Henrique Pereira  
José Roberto da C. Dantas  
Mara R. K. S. Alô  
Sérgio Vieira F. Martins
- Repres. dos Geólogos**  
Paulo Roberto da Cruz
- Repres. dos Químicos**  
Augusto César F. Gesteira

**Conselheiros Natos**

- Antônio Ignácio da Silveira
- Walnir B. de Oliveira
- Emy Guimarães de Lemos
- João Carlos do R. Pinto
- Renato Lima do E. Santo
- Carlos Henrique Menezes
- Jaime Dutra Noronha
- Dario Mondego
- Paulino Cabral da Silva

**Conselho Fiscal**

- Jaime Dutra Noronha
- Ricardo Afonso das N. Leitão
- Rita de Cássia dos Santos
- Márcio de Melo Rocha
- Gérson P. Lima Nascimento
- Jorge Rodrigues Leitão

**Jornalista Responsável**  
 Carlos Emiliano Eleutério  
**MTB:** 12.524-RJ  
**Projeto Gráfico**  
 J. Paulo Eleutério

Planin Editora  
 Rua Santa Luzia,  
 nº 799, Grupo  
 1004/Centro - Rio  
 de Janeiro/RJ  
 (21) 2524-0890  
 www.planinrio.com.br







MACAÉ

# CEDAE amplia o abastecimento

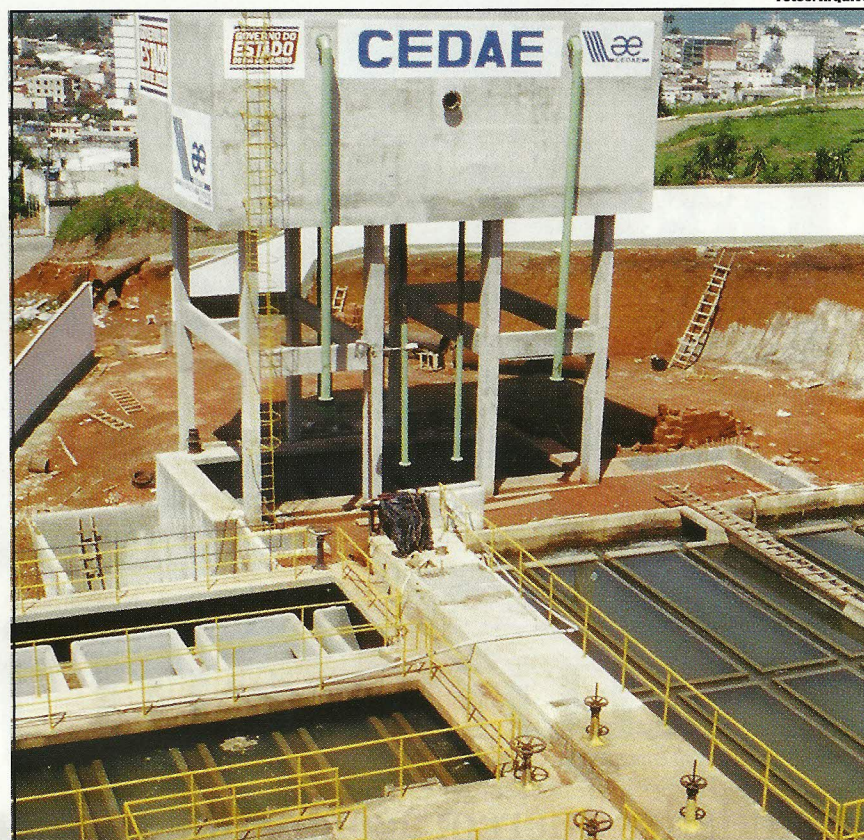
Fotos: Arquivo

## EMPRESA GARANTE RECURSOS PARA DUPLICAR O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE MACAÉ E ENFRENTAR O RÁPIDO CRESCIMENTO DA CIDADE

**E**nquanto a prefeitura se empenha em entregar o Saneamento em Macaé à iniciativa privada, a CEDAE se preocupa com a melhoria dos serviços prestados à população. Para isso, acaba de investir cerca de R\$ 20 milhões na duplicação do sistema de abastecimento da cidade, beneficiando mais de 170 mil habitantes até o final deste ano.

Com a duplicação, a Estação de Tratamento de Água (ETA) de Macaé passará, numa primeira etapa, dos atuais 360 litros por segundo para 600 litros por segundo, podendo chegar a 850 litros por segundo, garantindo o abastecimento da cidade para os próximos 10 anos, dentro da atual previsão de crescimento populacional. A estação elevará a produção de 19 milhões para 51 milhões de litros/dia.

Um novo reservatório, com capacidade de armazenamento de 10 milhões de litros de água, também está sendo construído na parte mais alta da cidade (morro de Santa Mônica), 30 metros acima da ETA, que fica localizada no morro de Santana, o que vai assegurar uma melhor distribuição



Com a duplicação do sistema, ETA de Macaé passará a produzir 600 litros/seg

a todos os bairros de Macaé.

O projeto de duplicação do sistema de abastecimento de água de Macaé também vai beneficiar os municípios vizinhos. Sem prejuízo para a população da cidade, a Zona Industrial de Rio das Ostras e o município de Carapebus receberão parte da água

do reservatório. Em Quissamã foi investido R\$ 1,3 milhão na otimização do sistema, com o aumento da vazão da ETA local de 30 para 55 litros por segundo. Atualmente, 90% das residências de Quissamã já têm hidrômetro e são abastecidas regularmente pela CEDAE.

### Qualidade da água O DRAMA DAS COMUNIDADES ABASTECIDAS PELA EMPRESA MUNICIPAL CRIADA PELA PREFEITURA

A preocupação maior, que vem fortalecendo a luta dos trabalhadores e da sociedade civil de Macaé, é com relação a preservação da qualidade da água no município. Pela força da mobilização, ficou claro que a população não deseja a privatização.

O próprio presidente da ASEAC fez um apelo dramático, durante o ato público, para que a sociedade se mobilize em atenção aos mananciais da região, como é o caso do rio Macaé, "pois o problema da degradação da água é um dos mais

sérios que a humanidade vai enfrentar". Flávio Guedes chamou atenção para a responsabilidade de cada um pelo legado que vai deixar para as próximas gerações.

O Superintendente da CEDAE em Macaé, Marco Túlio Abreu, que tem visitado os bairros de onde vêm surgindo reclamações contra a Emusa, garantiu que a água de abastecimento é de péssima qualidade – "totalmente fora dos padrões de potabilidade". E indagou: como um município que não tem condições de tratar a água de pe-

quenas comunidades pode se arvorar a assumir a CEDAE?

Já a presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Campos, EriZa Zózimo Valatão Ferzeli, criticou a falta de compromisso de alguns políticos com o saneamento no Estado, que para ela é a causa maior dos problemas do setor. Mas lembrou a cultura de resistência e a determinação dos trabalhadores da companhia, "que já tiveram problemas semelhantes ao de Macaé em outras cidades do Estado, mas conseguiram conter o processo".





Foto de arquivo



# Futuro em jogo

## Entidades querem acompanhar de perto a gestão do fundo

**A** ASEAC e as demais entidades de trabalhadores ligadas ao setor de saneamento básico decidiram criar um grupo destinado a acompanhar e fiscalizar as atividades e os investimentos da PRECE – Previdência da CEDAE. A decisão foi tomada depois que começaram a circular denúncias de irregularidades nas aplicações dos recursos do Fundo de Previdência dos empregados da companhia, a exemplo do que ocorreu no passado recente com a Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE (CAC Saúde).

A ASEAC vem se reunindo com diversas entidades, entre as quais a Asapae (Associação dos Aposentados da CEDAE), Aftae (Associação Fluminense dos Trabalhadores em Água e Esgotos), Astec (Associação dos Técnicos da CEDAE), Asced-Golfinho, Sindicato dos Engenheiros, Sindicato dos Administradores, Sindicato de Campos e outras instituições, para discutir a situa-

ção da PRECE. Todas são unânimes em reclamar da falta de transparência na gestão do fundo de previdência e questionam algumas opções de investimentos feitos pela instituição, tais como a compra de imóveis com valor de mercado duvidoso.

Diante dessa conclusão, a comissão criada pelas entidades pretende solicitar explicações à direção da PRECE e, caso não seja atendida, a ASEAC poderá for-

**Os associados  
querem que  
seu direito de  
representação  
na direção da  
PRECE seja  
respeitado**

malizar uma queixa junto à Secretaria de Previdência Complementar (SPC), para que o órgão obrigue os gestores do fundo a prestarem informações aos assistidos da PRECE, sem a necessidade de recorrer à Justiça. A ASEAC e as demais entidades estão exigindo também uma participação mais efetiva na gestão do fundo de previdência e que o seu direito de representatividade na administração da Prece seja respeitado. De acordo com a direção da entidade, os beneficiários do plano vêm se sentindo inseguros com os adiamentos sistemáticos das eleições dos representantes dos trabalhadores nos conselhos Fiscal e Deliberativo.

### **Gestão paritária**

O presidente da Associação Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão (Anapar), José Ricardo Sasseron, considera que a participação crescente dos trabalhadores na gestão dos fundos de pensão é a única forma de garantir o recebimento das aposentadorias no futuro. Principalmente porque as remune-





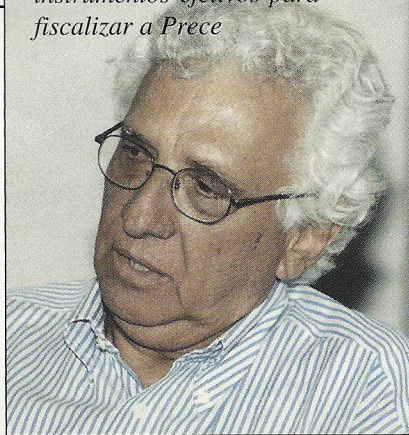
**PRECE**

rações patrocinadas pelos fundos de previdência são garantidas em 70% pela renda do plano e 30% pelas contribuições dos trabalhadores.

Ricardo Sasseron fez uma palestra aos beneficiários da PRECE no Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (Senge), a convite do presidente da Asapae, Vicente Miles Arantes. Ele explicou que a Anapar foi criada em 2001, com o objetivo central de lutar pelas questões coletivas dos fundos de pensão. A entidade, que tem assento no Conselho dos Fundos de Pensão, órgão que regula os fundos de previdência complementar, participa e organiza eventos e debates em torno das questões dos planos de previdência.

Ao responder a uma consulta do presidente da ASEAC, Flávio Guedes, o presidente da Anapar, que é funcionário do Banco do Brasil e conselheiro eleito do Previ (plano de previdência do BB), aconselhou as entidades a denunciar à SPC os constantes adiamentos das eleições na PRECE, pois isso configura um descumprimento na paridade da gestão. Segundo acrescentou, a Secretaria tem poder de multar o gestor do fundo e até de intervir caso fiquem constatadas as irre-

*Portugal: Precisamos de instrumentos efetivos para fiscalizar a Prece*



gularidades.

José Ricardo Sasseron acrescentou que a SPC tem procurado se aparelhar para fiscalizar efetivamente as entidades de previdência privada e tem tido uma atuação muito boa. “Os assistidos têm de cobrar de seus representantes que tragam informações. E a entidade é obrigada a prestar as informações e esclarecimentos necessários”, afirmou. Segundo ele, qualquer entidade pode fazer denúncias, que certamente serão apuradas pela SPC. “Já houve casos até de fiscalização em algumas entidades por denúncias individuais”, garantiu.

O dirigente da Anapar lembrou ainda que, atualmente, as multas incidem

sobre o administrador e não mais sobre a instituição, e são bem altas (variam de R\$ 10 mil a R\$ 30 mil). Segundo ele, “isso é um avanço da legislação, pois, antes, o dirigente fazia a falcatura e o fundo é que era punido”, alertou.

**Caixa preta**

A palestra com o presidente da Anapar serviu também para que os diretores da ASEAC e demais entidades filiadas à PRECE levantassem suas principais dúvidas em relação à atual gestão do plano de previdência da CEDAE. O diretor adjunto da ASEAC, Nelson Martins Portugal, disse, por exemplo, que a participação dos trabalhadores atualmente deixa muito a desejar, pois, por mais que eles tenham espírito de classe, não conseguem acesso a determinadas informações.

Portugal defende a criação de instrumentos efetivos de fiscalização, através das entidades, que deveriam até mesmo pleitear assento nos fundos de previdência. Para ele, “é preciso criar um projeto institucional que independa de pessoas, para dar transparência aos dados sobre a saúde financeira do plano, a exemplo do que ocorre com a associação dos participantes do fundo de pensão da Light - a APB. Nesse caso, Ricardo Sasseron sugere a criação de um grupo, “mesmo que não seja reconhecido pelo plano, para acompanhar a gestão do fundo. Para ele, o importante é que se busque a melhor representação dentro dos fundos, através do preparo e formação técnica dos integrantes desse grupo”.

A diretora de Comunicação da ASEAC, Fátima Guerbatim, disse que já se tentou até uma administração profissional do fundo, que também não deu certo. Ela reclamou ainda da confiabilidade das informações que chegam da PRECE: “Ou a gente engole ou finge que entende, pois não há como conferir os dados recebidos”, afirmou. Para Ricardo Sasseron, não há outra alternativa: “A solução é garantir a representação paritária. A divergência sempre vai existir, pois há interesses conflitantes dentro da instituição. Uma administração com participantes na direção pode ser péssima, assim como uma gestão com diretores de fora pode ser ótima, e vice-versa. Não há regra para isso, embora o dirigente participante tenda a ter uma postura de maior defesa do fundo”, advertiu.

Foto de arquivo



Denúncias de irregularidades na Prece vêm deixando associados inseguros







## PRECE

**Ação preventiva**

O diretor do Senge, Aluísio Souza da Silva, defendeu, durante o encontro, a adoção de medidas que previnam o desvio de conduta dos gestores da PRECE, seja ele técnico ou moral. Para ele, a solução é dar mais publicidade aos fatos e informações, de maneira que todos possam participar e tomar conhecimento do que está acontecendo. “Depois que as irregularidades acontecem é mais difícil, e as instituições vão sendo gradativamente desmoralizadas, sem que a gente saiba a quem recorrer”, afirmou.

– Temos que denunciar à SPC e à Agência Nacional de Saúde (ANS), principalmente os erros morais que destroem as instituições. O erro técnico é ruim, mas o erro moral é o pior. Como identi-



Fotos arquivo

*Fátima Guerbatim: é preciso mais confiabilidade nas informações*

car os instrumentos jurídicos para intimidar aqueles que querem roubar – indagou Aluísio Souza da Silva. O presidente da Anapar considera fundamental que se atue preventivamente, seja individualmente ou através das entidades, para evitar prejuízos aos beneficiários.

Segundo ele, a SPC pode multar e inabilitar o dirigente, mas somente isso. Outras providências têm de ser exigidas na Justiça. Ricardo Sasseron acha que é preciso criar códigos de ética e segmentos que estabeleçam a alçada de decisão por colegiados, de preferência. “Isso pode até não impedir as falcatruas, mas três decidindo dificultam mais os que estão mal intencionados. No caso da previdência, a exigência de paridade na gestão tem um peso muito grande”, alertou.

## Braslight: respeito mútuo entre gestores e participantes do fundo

### TRANSPARÊNCIA E FISCALIZAÇÃO PERMANENTE: OS SEGREDOS PARA GARANTIR A SAÚDE FINANCEIRA DO FUNDO

“Assistido vota em assistido, ativo vota em ativo”. Essa regra, que hoje tem força estatutária no fundo de previdência dos empregados da Light (a Braslight), vem garantindo aos representantes dos beneficiários uma participação efetiva na gestão do plano. Mas isso, longe de ser uma concessão dos dirigentes da Braslight, foi uma conquista dos associados, que se fortaleceram em torno da Associação dos Participantes da Braslight (APB), criando uma relação de respeito mútuo com os gestores do plano.

Essa experiência foi passada aos diretores da ASEAC durante encontro mantido com a direção da entidade que representa os beneficiários da Braslight. Segundo o vice-Presidente da APB, César do Nascimento Monteiro, a entidade preserva uma relação cordial com a Braslight, mas se mantém “alerta” para impedir que o patrimônio do fundo seja dilapidado.

Para acompanhar e fiscalizar o plano, elegeram representantes nos conselhos fis-

cal e deliberativo. Ele próprio é representante dos assistidos no Conselho Deliberativo, enquanto o diretor para Assuntos Previdenciários e Assistenciais, César Augusto Aguiar Martins, é membro do Conselho Fiscal. “Qualquer coisa que contrarie os interesses dos associados é discutida na APB, que busca o diálogo com a Braslight para resolver os problemas”, afirma.

Isso foi possível graças a uma mudança no estatuto da Braslight, que reduziu a ingerência política dos sindicatos nas eleições dos representantes dos trabalhadores, com a conquista de assentos para os assistidos nos conselhos do fundo: “Hoje, assistido vota em assistido; ativo vota em ativo”, sentenciou. César do Nascimento Monteiro explicou que, atualmente, a Braslight tem mais membros assistidos do que da ativa.

– Trimestralmente, a diretoria da Braslight vai à sede da APB para fazer palestras sobre o andamento do fundo, quando então a entidade procura sugerir mudanças e apresentar suas sugestões – diz o vice-Presidente. Nesse processo – explicou – a APB conseguiu que a Light – mantenedora – assumisse todo o déficit que existia na Braslight, em torno de R\$ 550 milhões, com garantia bancária. O déficit foi reescalado em 25 anos, e a patrocinadora ainda concordou em assumir eventuais déficits nos próxi-

mos 25 anos, até que o atual déficit de R\$ 550 milhões seja coberto.

César, que defende a política de entendimento no lugar do enfrentamento, considera que o caminho para os beneficiários da PRECE resolverem seus problemas com o fundo pode seguir a receita adotada pela APB. E propôs um intercâmbio de informações entre a entidade e a ASEAC, de maneira que esta possa aproveitar a experiência da APB para tentar solucionar seus problemas com a direção do fundo de previdência dos empregados da CEDAE.

No final do encontro com a APB, os diretores da ASEAC traçaram um paralelo entre a situação dos fundos de previdência da Light e da CEDAE, cuja situação é preocupante. E pediram apoio a APB para identificar as ferramentas mais adequadas ao acompanhamento da situação da PRECE, de maneira que se possa buscar transparência na relação com o fundo – principalmente deste com os participantes.

– O mais importante não é se o fundo representa uma empresa pública ou privada, mas o perfil das pessoas que estão na direção da empresa e do fundo. E, independente disso, buscar eleger representantes que sejam da confiança da ASEAC, com preparo e trânsito junto à direção da Prece – concluiu o vice-Presidente da APB.





QUESTÃO DE JUSTIÇA



Fotos arquivo

# Saúde terceirizada

## Ação na Justiça poderá devolver gestão do plano aos associados da CAC Saúde

**A** ASEAC e um grupo de entidades entraram com uma ação na Justiça solicitando que seja revertido o processo que deu à Sulamérica Seguros a concessão da gestão da CAC Saúde, decisão considerada nociva aos interesses dos associados e dos trabalhadores da CEDAE. Na ação, a ASEAC pede a anulação do contrato de concessão assinado com a gestora privada.

A decisão foi anunciada pelo presidente da ASEAC, Flávio Guedes, durante a festa de aniversário da Associação, realizada na sede da entidade, no dia 1º de setembro, diante do vice-presidente, Celso Almeida Parisi, e dos diretores Jair Ottero e Lutero de Castro Cardoso. Antes de anunciar a medida, Flávio Guedes reiterou o compromisso da atual diretoria da ASEAC no sentido de lutar pela preservação da CAC Saúde e da PRECE.

Dentro dessa linha de atuação, além de recorrer à Justiça para que a gestão da CAC Saúde seja devolvida aos associados, através dos empregados da Companhia, ele anunciou ainda que a ASEAC está estudando a criação de instrumentos que possam permitir o acompanhamento e a fiscalização da gestão dos planos de Saúde e de Previdência dos empregados da CEDAE. O objetivo é garantir os interesses dos associa-

dos, evitando distorções e a queda da qualidade dos serviços, a exemplo do que aconteceu no passado recente, induzindo a uma outra falha que redundou na transferência da gestão dos serviços da CAC Saúde para a Sulamérica.

### Respeito à legislação

O presidente da ASEAC justificou a decisão de recorrer à Justiça nas falhas contidas no contrato de concessão. Entre outras, citou como mais graves os dispositivos previstos na legislação, que determinam que a terceirização de planos de auto-gestão só pode ser feita mediante convênios de reciprocidade ou em regiões com dificuldades de contratação de serviços, casos estes nos quais a CAC Saúde não se enquadra. Disse ainda que o número de reclamações em relação à qualidade dos serviços aumentou depois que os serviços foram terceirizados. “Mas, ao mesmo tempo, a gestora privada praticou aumentos injustificados nas

mensalidades”, afirmou.

Flávio Guedes fez um alerta com relação ao risco de se cumprirem as promessas de vários associados que ameaçam deixar a CAC Saúde, devido à decisão da direção do plano de saúde de terceirizar os serviços. A maioria deles teme que a qualidade se torne ainda pior. E pediu um voto de confiança, pois a ASEAC está empenhada em reverter a situação e sensibilizar a mantenedora para a importância de se reestruturar a CAC Saúde, a partir do diagnóstico já elaborado por uma auditoria externa que apontou os problemas e possíveis soluções para o plano de saúde dos trabalhadores da CEDAE. “Uma saída em massa de associados da CAC, agora, seria extremamente danoso à saúde do plano”, afirmou.

A decisão da ASEAC foi aplaudida pelas lideranças sindicais presentes à festa de aniversário da entidade. Segundo a maioria, nesse momento é importante que todos os associados da CAC e da PRECE defendam as suas instituições, especialmente os trabalhadores da CEDAE, pois esta é uma forma direta de defender a companhia.





# Curto circuito no m

**Impasse no pagamento das contas de energia da CEDAE acaba na Justiça e revela uma dívida de mais de uma arrecadação mensal da empresa. Crise aponta para a necessidade urgente de se reestruturar a companhia, como defende a ASEAC.**

**U**tilizando sua prerrogativa de acionista minoritário da CEDAE, a ASEAC decidiu formalizar à direção da empresa, através de seu conselheiro e representante dos acionistas minoritários no

Conselho de Administração da CEDAE, Dario Mondego, um pedido de informações a respeito da situação da dívida da companhia junto à Light.

A iniciativa decorreu das dificuldades encontradas pela entidade para obter junto à empresa dados precisos sobre o assunto, depois que a imprensa divulgou notícias dando conta de que a Light estaria cobrando na Justiça uma dívida acumulada da CEDAE no valor de R\$ 130 milhões, além de contas mensais de cerca de R\$ 11 milhões, que também não estariam sendo pagas.

## Defesa da CEDAE

Segundo seu estatuto, a ASEAC tem por objetivo, entre outros, a defesa da CEDAE, de seus técnicos e do patrimônio da companhia. Assim, tão logo tomou conhecimento do problema, encaminhou carta à direção da empresa, solicitando uma entrevista formal para o Jornal da entidade, com a finalidade de esclarecer e tranquilizar os técnicos, sócios da ASEAC, acionistas minoritários e demais empregados sobre a real situação.

Como não obteve resposta, decidiu procurar a Assessoria de Comunicação da CEDAE, que se limitou a repetir as informações de uma entrevista concedida pelo presidente da empresa, Aloísio Meyer, ao Jornal do Brasil, na qual

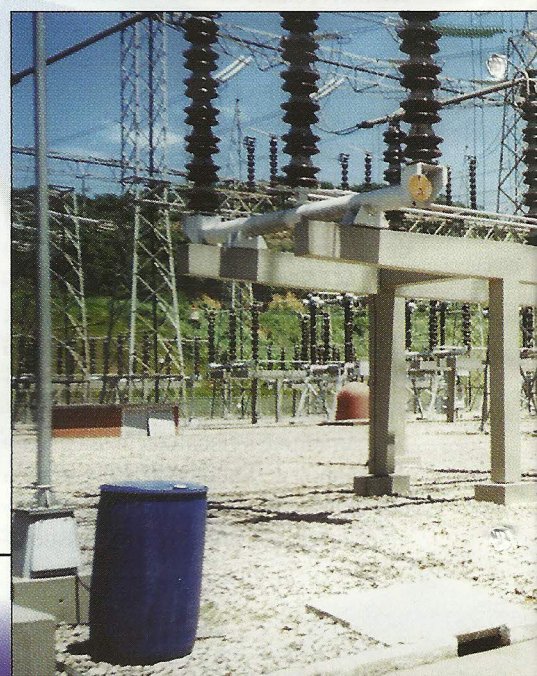
afirmara que a prioridade da empresa é com o pagamento de produtos químicos para o tratamento da água, de pessoal e, por último, as despesas de energia elétrica, na qual se inclui a dívida acumulada cobrada pela Light na Justiça.

De acordo ainda com as informações fornecidas pela Assessoria do presidente, as negociações com a Light estão sendo encaminhadas pelo próprio governo do Estado, mas a empresa não adiantou os termos dessa negociação nem de que forma a CEDAE pretende equacionar o problema. Acrescentou ainda que a dívida é antiga, não foi constituída apenas nesta administração e vem se avolumando ao longo dos últimos anos. Mas não soube informar a respeito das contas mensais que a Light alega que também não vêm sendo honradas.

## Justiça decide

A questão das contas de energia é antiga, mas o problema só ganhou publicidade agora, no início de outubro, depois que a Light obteve junto à 8ª Vara de Fazenda Pública uma liminar, determinando que a CEDAE apresente documentos que mostrem como está a situação financeira da empresa.

Na fundamentação da ação, de acordo com informações divulgadas na imprensa, os advogados da Light recorreram também à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A concessionária de energia argumenta que a CEDAE fez vários pedidos de novas ligações de pontos de energia elétrica e que isso serviria para provar que a empresa está fazendo investimentos, mesmo estando inadimplente. A Light, que alega que as negociações foram





# Modelo Preocupados com a empresa, técnicos querem saber a situação real das contas de energia



**DEVIDO AO RELEVO ACIDENTADO DA CIDADE, A CEDAE É OBRIGADA A OPERAR COM UM COMPLEXO SISTEMA DE ELEVATÓRIAS, ELEVANDO OS GASTOS COM ENERGIA**

**SOMENTE O GUANDU CONSOME ENERGIA EQUIVALENTE A DE UMA CIDADE COM 130 MIL HABITANTES, DO PORTE DE TERESÓPOLIS**



Fotos: Arquivo

iniciadas em abril deste ano, sem resultados concretos, está pedindo na ação que a CEDAE inclua em seu orçamento as contas mensais.

Além da Justiça, a Light encaminhou também uma representação à Assembleia Legislativa do Estado (ALERJ), informando que o governo estadual deve lançar no orçamento de 2005 a dívida acumulada da CEDAE. A concessionária francesa de energia assegura que não tem intenção de interromper o fornecimento à CEDAE, para não prejudicar a população, e por isso buscou alternativas jurídicas para o problema. De acordo com a própria Light, a CEDAE teria proposto a ela a transferência de carta de credores. Assim, a própria Light se encarregaria de cobrar os devedores da CEDAE para que fosse feito o pagamento da dívida acumulada, mas a empresa não se interessou pela proposta.

### **Espelho da crise**

O orçamento da CEDAE prevê, para o ano de 2004, recursos da ordem de R\$ 243,7 milhões, compromissados e empenhados para arcar com as despesas de energia elétrica, um dos itens mais importantes na composição de custo do tratamento da água fornecida à população do Estado, haja vista a grande quantidade de elevatórias de pequeno, médio e grande porte, tanto de água como de esgoto.

Estes números constam do quadro de detalhamento das despesas programadas no orçamento, juntamente com as previsões para custear os gastos com telefonia e correio. Mas, de acordo com informações de técnicos da empresa, a situação financeira se agravou nos últimos meses. Na opinião desses técnicos, esse quadro é decorrência de um modelo gerencial ultrapassado, necessitando inclusive de dados gerenciais para diagnósticos dos problemas antes que estes se tornem insolúveis, que precisa ser revisto urgentemente, tanto do ponto de vista técnico, gerencial e operacional, de maneira que possa as-

segurar recursos para novos investimentos e para garantir a operação e manutenção da empresa.

– A CEDAE já deveria ter implantado, por exemplo, um programa de conservação de energia, como fez cada cidadão comum deste país, depois das graves conseqüências geradas pelo “apagão”, na virada do Milênio – argumentam os técnicos. Esse redesenho da companhia, para eles, hoje se torna crucial para fazer frente, inclusive, às pressões internacionais para privatizar a CEDAE.

Segundo eles, a empresa está tentando resolver o problema com a Light através de um empréstimo, que consideram uma solução apenas paliativa. A questão é que, para isso, a empresa precisa de garantias. Como seus imóveis estão comprometidos com passivos trabalhistas, a solução provável deverá ser a utilização dos “recebíveis”, ou seja, as contas d’água como garantia. Os técnicos confirmaram que o problema da dívida de energia é antigo e, no passado recente, a Light chegou a acenar com ameaças de paralisar o sistema Guandu. “A Light, hoje, é uma empresa privada, de capital internacional, e não quer saber de conversa; quer receber a dívida”, explicam os técnicos da companhia. Daí a necessidade de se buscar a reestruturação urgente da companhia, defendem.

– Não estamos querendo responsabilizar a atual administração pelo problema e muito menos dizer, com isso, que a empresa não é viável. Muito pelo contrário, ela é perfeitamente viável. Mas o problema é antigo e, quando a atual diretoria sair, ele vai cair no colo da próxima. O que defendemos é a criação urgente de um grupo de trabalho que comece a repensar a empresa já. É bom salientar que, se a CEDAE não fosse viável, não teríamos a todo momento uma empresa na nossa porta querendo comprá-la – concluíram os técnicos da companhia.





Flávio Guedes  
Presidente da ASEAC

# GUANDU II

## Quid abundat non nocet?

### Volume de 5 bilhões de litros de água/dia já é mais que o dobro do que exige a OMS



**A**ETA Guandu é um monumento à eficiência e flexibilidade, diante das variações históricas de qualidade da água bruta e vazões de água tratada que chegam e saem daquele importante complexo, contribuindo com aproximadamente 65% do total de água posta à disposição da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O restante é proveniente dos, não menos importantes, com-

plexo Imunana-Laranjal, sistema Ribeirão das Lajes, Sistema Acari (Linhas Pretas), pequenas ETAs e mananciais locais. Somados ao Guandu, chegam ao formidável volume de aproximadamente 5 bilhões de litros de água/dia, o que nos coloca na primazia em volume de água x população, ou seja, como a per capita ideal, que, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é de 200 lt/hab.dia. Nós oferecemos simplesmente mais que o dobro.

A flexibilidade total vai mais além, se focarmos o sistema Ribeirão das La-



*Obras do prédio da administração. Abaixo, a construção dos reservatórios dos filtros (III Etapa, 1963) e do canal de captação de água bruta (II etapa, 1962).*

#### Construção em etapas distintas permite flexibilidade à manutenção

**Por uma análise histórica da construção daquele complexo, lembramos que ele foi construído em 04 (quatro) etapas e épocas distintas, a saber:**

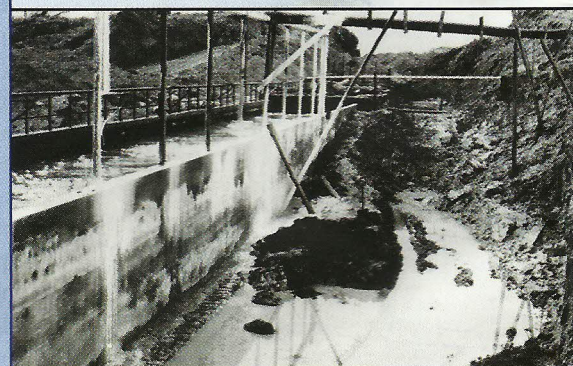
**1ª - Em 1955**, foi inaugurada a I Etapa do Guandu, com três decantadores, 24 filtros e um reservatório de contato - hoje os decantadores 4, 5 e 6 - e a estrutura da II Etapa.

**2ª - Em 1962**, foi inaugurada a II Etapa do Guandu, com três decantadores, 24 filtros e um reservatório de contato - hoje os decantadores 7, 8 e 9 - interligada à I Etapa.

**3ª - Em 1963**, foi inaugurada a III Etapa do Guandu, com três decantadores, 24 filtros e um reservatório de contato - hoje os decantadores 1, 2 e 3 - interligada também à I Etapa. Atualmente, estas três etapas, com nove decantadores, 72 filtros

e três reservatórios de contato, são denominadas VETA (Velha Estação de Tratamento de Água do Guandu). As vazões de projeto destas três etapas nas inaugurações somavam 13,9m<sup>3</sup>/s

**4ª - Em 1982**, foi inaugurada a IV Etapa do Guandu, com seis decantadores, 60 filtros e dois reservatórios de contato. Esta, por ter processo de clarificação (floculação e decantação) diferente das outras três, não foi interligada em parte de seus processos unitários. A esta IV etapa convencionou-se chamar NETA (Nova Estação de Tratamento de Água do Guandu). A Vazão de projeto desta etapa é de 16,0 m<sup>3</sup>/s.





jes, onde os 5,5 m<sup>3</sup>/seg. aduzidos representam menos da metade da vazão média daquele manancial. De acordo com a legislação vigente, aquele sistema já necessitaria de uma ETA, onde poderíamos acrescentar à supracitada vazão aduzida algo em torno de 8,0 m<sup>3</sup>/seg, que hoje são misturados às barrentas e quase intratáveis águas do rio Guandu, tendo então uma flexibilidade de mais de 100% da vazão atual. Com a vantagem de ser um manancial extremamente protegido e estratégico, já que se trata de uma alternativa aos rios Paraíba do Sul e Guandu, tão vulneráveis a acidentes e/ou contaminações que podem afetar a produção na ETA Guandu, potencializando a flexibilidade operacional e estratégica do sistema como um todo.

A abordagem do assunto se prende à necessidade da construção do Guandu II, levantada pelo presidente da CEDAE em entrevista à TV Globo (GloboCop), quando informava ser a ETA Guandu uma estrutura Monolítica, daí a necessidade de construção de uma outra ETA, Guandu II, para que houvesse as condições necessárias para as reformas na antiga ETA, Guandu I.

Se suas etapas foram construídas independentes umas das outras, nada impede que floculadores, decantadores, filtros e reservatórios sejam isolados por comportas e stop logs, para quaisquer que sejam as reformas ou manutenções - corretivas e/ou preventivas. Estas metodologias já foram utilizadas no Guandu para várias intervenções, tanto na Neta quanto na Veta, principalmente na adoção de novas tecnologias tão necessárias para minimizar perdas e maximizar a produção, como é o caso do novo laboratório central de controle de qualidade e o novo Centro de Controle Operacional (CCO), inaugurados em 2001, com seus quase 800 pontos para monitoramentos e automatizações em etapas do processo, cujo controle e operação eram feitos manualmente. Ambas, entre tantas, são exemplos, ainda que insuficientes, frente à agonia imposta pela sociedade e pelo poder público aos rios Paraíba do Sul e Guandu, que a Cedae utiliza para evitar um colapso na produção de água de boa qualidade.

É obvio que é no crescimento desordenado da população da Região Metropolitana que está a razão de produ-

*Vista dos decantadores da Nova Estação de Tratamento (NETA), inaugurada em 1982*



zirmos mais do que o dobro da água necessária, com um raciocínio idêntico para a produção de esgoto doméstico. Pois o manejo de aproximadamente 5 milhões ton. água/dia, para a acima mencionada população em desordem urbana, gera desperdícios, com excesso para uns e falta para outros, deixando claro que a parceria com os municípios, responsáveis pela desordem urbana, é fundamental para adequarmos nossa produção, exagerada, à realidade mundial. Em função desta parceria institucional poderíamos planejar, de fato, o abastecimento de água, coleta, tratamento e destinação final do esgoto, com o devido retorno comercial/financeiro, ancorados nesta parceria, estado-municípios.

Pelas razões supracitadas, a construção do Guandu II, que a meu ver deveria ser Guandu III (A VETA, com seus nove decantadores de fluxo descendente, seria o Guandu I; a NETA, com seus seis decantadores de fluxo ascendente, seria o Guandu II), deverá ser precedida de amplo debate interno e externo, com enfoque para o desperdício gerado em função da desordem urbana, e adoção, em conjunto, das par-

cerias também já citadas, de uma melhor distribuição de água, baseada, conforme a boa técnica, na setorização e construção de reservatórios, principalmente com atenção para as áreas próximas às grandes adutoras, APBF, Linhas pretas, Ribeirão das Lajes e outras, onde em função da grande oferta há desperdícios, quando então poderíamos otimizar, e até diminuir, esta fantástica produção de água, otimizando, também, as condições para as reformas na ETA Guandu.

É importante salientar que um simples incremento na produção de água, sem as ações conjuntas necessárias, representaria um incremento, também, no desperdício de água, na produção de esgoto e na inadimplência, hoje tão criticadas pela sociedade. Afinal, como se diz no velho e bom latim **Quid abundat non nocet**? “O que abunda não faz mal?”

Notem bem que não mencionei a possível adoção, neste caso específico, das PPPs do Lula, que fatalmente trariam em seu bojo o pagamento de toda a água produzida, parte pelo cliente e parte pelo governo. Aí, sim, seria um negócio, como diríamos... da China!



*Laboratório de Controle de Dosagem do Guandu, também inaugurado na IV fase*



# Comunhão de propósitos

Nas comemorações pelos 24 anos de fundação da ASEAC, trabalhadores e diretores da CEDAE defendem o saneamento público



**– A CEDAE não é uma máquina de fazer dinheiro e nem de fazer política. É uma empresa que mantém a vida. E se nós - trabalhadores e diretores - não tivermos cuidado com ela e com as suas principais fontes de recursos hídricos, especialmente o Guandu, a vida vai estar inviabilizada no Rio de Janeiro.**

**O** alerta foi feito pelo presidente da ASEAC, Flávio Guedes, durante a cerimônia que comemorou os 24 anos de fundação da entidade, realizada no dia 1º de setembro, na sede da ASEAC, diante de vários convidados, entre os quais o vice-Presidente da CEDAE, Celso Almeida Parisi, e os diretores de Distribuição e Manutenção, Jair Ottero, e Comercial, Lutero de Castro Cardoso. Com casa cheia, numa demonstração clara da força e prestígio conquistados pela ASEAC, a solenidade contou ainda com a presença de várias lideranças de trabalhadores, políticos, associados e amigos da entidade.

### **Panacéia privada**

A defesa da CEDAE pública, unindo manifestações da direção e dos empregados da empresa, foi o ponto comum em

todos os pronunciamentos realizados durante a festa de aniversário da ASEAC. O presidente da entidade lembrou que o porte da empresa e a magnitude de seu sistema de tratamento de água demonstram o potencial da companhia e atacam a cobiça do setor privado. Por isso, entende que os empregados da CEDAE, de maneira geral, precisam entrar nessa discussão que está sendo retomada, em torno da privatização e das parcerias público-privadas (PPPs) no saneamento, “que não são a solução para o setor e precisam ser combatidas”.

Para Flávio Guedes, “uma empresa que produz o volume de água que a CEDAE trata e sobrevive com perdas de 55% tem de ser uma empresa viável. Isso já prova que a empresa é muito lucrativa, pois do contrário quebrava”, afirmou. Para ele, o setor não pode perder seu referencial e embarcar na panacéia da solução privada. “Mesmo porque, com o rápido processo de degradação do rio Paraíba do Sul, o risco maior é de que, EM BREVE, não haja água para tratar, seja pela empresa pública ou privada. Nós estamos destruindo a capacidade de armazenamento de água da bacia e isso é muito perigoso”, advertiu.

Fotos: Marcelo de Jesus



Fotos: Marcolino de Jesus

**Ameaça concreta**

Para o diretor de Distribuição e Manutenção da CEDAE, que se aliou ao movimento dos empregados e da ASEAC contra a privatização, a empresa deve se unir para lutar contra isso. Jair Ottero, que foi diretor da Comlurb por 10 anos, garantiu que a meta de sua diretoria é recuperar a CEDAE, buscando parâmetros aceitáveis e respeitáveis para a empresa.

Ele admitiu também a preocupação da direção com relação às diretrizes dadas pelo atual governo federal ao marco regulatório para o saneamento, ignorando as conquistas do setor até agora, cujos exemplos maiores são a própria CEDAE, a Sabesp e outras empresas estaduais. De qualquer forma, Ottero acha que as companhias estaduais têm de dar as respostas para o que foram criadas, mas da forma como está se propondo, no seu entender, as empresas de saneamento vão morrer de inanição, com conseqüências graves para os empregados e para os seus fundos previdenciários e de saúde. “É preciso mudar sim, desde que as pessoas sejam respeitadas”, afirmou.

O diretor da companhia rebateu as críticas que os defensores da privatização têm usado como argumento contra a empresa. Para ele, é preciso cuidado quando se fala em perdas: “A CEDAE é uma empresa social, que fornece água e coleta esgotos da população, inclusive daquela que não pode pagar pelo serviço. Ela usa o seu produto, a sua receita, de forma social, e não pode ser tratada simplesmente como uma empresa que perde 50% do que produz”, explica.

**Armadilhas**

O presidente do Sintsama, Francisco Pereira (Chiquinho), lembrou o amadurecimento da ASEAC ao longo dos últimos anos, acelerado pela luta recente em defesa da CEDAE pública. E criticou o projeto de lei do governo federal criando o marco regulatório e a política para o setor de saneamento que, na sua visão, “guardam uma série de armadilhas”, assim como a criação das PPPs.



Diretores da CEDAE e da ASEAC se confraternizaram durante a festa

**É preciso cuidado quando se fala em perdas. A CEDAE usa seu produto e sua receita de forma social.**

Segundo Chiquinho, apenas as entidades com tendências municipalistas defendem o projeto do governo federal da forma como está concebido. O presidente do sindicato disse que os trabalhadores chegaram a levar propostas de mudanças no PL do governo, principalmente as que se referem preservação do subsídio cruzado, “que é um compromisso da categoria”. Sem ele, segundo o sindicalista, apenas a capital sobreviveria em



Ottero: as companhias estaduais de saneamento precisam dar respostas





24 ANOS DE LUTA

todo o Estado do Rio de Janeiro, no que se refere aos serviços de saneamento. Ele defende uma ampla discussão em torno da adequação do modelo de gestão compartilhada (modelo defendido pela ASEAC) com os municípios, preservando as companhias estaduais como instrumento de democratização e universalização dos serviços de saneamento. Francisco Pereira adiantou que os sindicatos, que são a favor da titularidade estadual nas regiões metropolitanas, elaboraram um documento, com o apoio de 14 estados, para encaminhar ao governo federal defendendo esta posição. O documento vai dar sustentação a esta tese quando o debate em torno do marco regulatório ganhar a esfera estadual, durante a tramitação no Congresso.

**Guandu: plano de bacia**

O vice-Presidente da CEDAE, Celso Almeida Parisi, que também fez questão de prestigiar a festa de aniversário da ASEAC, aproveitou a ocasião para anunciar a liberação de recursos da empresa para financiar um plano de bacia para o rio Guandu. Segundo ele, isso demonstra a preocupação da empresa com a gestão ambiental daquela bacia e com a do Paraíba do Sul. “Sem o plano de bacia, ficamos sem condições de investir nela”, explicou, acrescentando que a CEDAE já vem trabalhando junto com o Comitê de Bacia do Paraíba do Sul (Ceivap).

Parisi garantiu que esta é uma das três prioridades da vice-Presidência. As outras duas são o desenvolvimento da tecnologia da informação e a conservação de energia – “um dos itens que mais pesam no sistema de abastecimento”. Segundo ele, essa questão é uma das que mais preocupam, devido à previsão de redução gradativa no subsídio que existe para o setor no futuro. “E o consumo em algumas estações como o Guandu e o Lameirão é muito alto”, afirmou.

O vice-Presidente da CEDAE explicou também que a direção da companhia está atenta à discussão em torno do marco regulatório em Brasília, participando dos debates junto com o

Fórum de Secretários Estaduais de Saneamento, que já se posicionou claramente contrário ao PL. Segundo Celso Parisi, a Sabesp, que também é contra os itens que colocam em risco a sobrevivência das companhias estaduais, já solicitou um parecer constitucional ao jurista Miguel Reale, a respeito da utilização de consórcios nos sistemas de abastecimento das regiões metropolitanas, “pois a lei está cheia de agressões à Constituição”, garantiu. Ele convocou todos os trabalhadores, técnicos sanitaristas, lí-

A direção da CEDAE está atenta à discussão sobre o marco regulatório em Brasília

trabalhadores de Campos, Tadeu Coimbra Bessa, e o secretário de Imprensa e Comunicação da Central Única dos Trabalhadores (CUT, Paulo Sérgio Farias.

Tadeu Bessa cumprimentou a ASEAC pela luta incansável contra a privatização da CEDAE, e convocou todos a ficarem alertas: “Já perdemos alguns municípios, onde os sistemas foram praticamente doados”. Em Macaé, segundo ele, há cerca de três meses houve uma audiência pública para privatizar a CEDAE, sem a presença de ninguém do governo do Estado, apenas empreiteiros e representantes da comunidade. “Temos que defender esta empresa. Na cidade de Itaperuna, também existe um processo semelhante ao de Macaé”, advertiu Tadeu Coimbra.

Por sua vez, o representante da CUT, lembrou a postura histórica de resistência da ASEAC, “que agora está sendo retomada pela atual diretoria”. Paulo Sérgio Faria anuncio que



Foto: Marcelino de Jesus

Parisi garantiu que a conservação de energia é uma das três prioridades

deres sindicais e de classe e cidadãos em geral a procurarem seus deputados no Congresso para cobrar uma posição clara em relação a isso: “Temos que preservar a Carta Magna, pois sem isso o resultado será a falência de todas as companhias estaduais”, afirmou.

Por fim, usaram da palavra o vice-Presidente do sindicato dos

a CUT está consolidando um Fórum de Defesa do Saneamento com todas as entidades que atuam no setor. Para ele, um bom exercício no sentido de defender a CEDAE é começar a criticar determinadas posturas internas da própria companhia, como a terceirização. “A mão-de-obra na empresa está precisando é ser renovada”, alertou o sindicalista.



Eliane Branco  
Bióloga do Guandu

MULHER E SANEAMENTO

# Qualidade da água e... de vida, acima de tudo

Bióloga defende o caráter essencialmente técnico da CEDAE, em nome da qualidade

Fotos: Alexandre Loureiro



**Já vai longe o tempo em que a mulher aceitava resignada o título de rainha do lar. Hoje elas disputam palmo a palmo seu espaço com os homens no mercado de trabalho. E, segundo o IBGE, já levam vantagem sobre eles em várias áreas. De acordo com as estatísticas do órgão, elas já somam cerca de 825 mil empresárias. Somente em 2003, 550 mil mulheres chegaram ao mercado de trabalho. Na CEDAE não é diferente: a mulher vem lutando e conquistando lugares importantes, antes só ocupados por homens.**

**E**xemplo de determinação, coragem e profissionalismo, a bióloga Eliane Branco, há 14 anos lotada na ETA do Guandu, é uma das mais ferrenhas defensoras da busca permanente da qualidade da água fornecida pela CEDAE. E, para isso, defende um esforço conjunto dos técnicos da companhia, para impedir que setores essencialmente técnicos da empresa acabem submetidos a uma gestão política, colocando em risco o objetivo-fim da empresa – a qualidade de vida da população.

Para a bióloga, esse risco já existe de fato e hoje preocupa a maioria dos técnicos da companhia, pois o grau de politização em algumas áreas chegou a um ponto muito perigoso. Segundo

Eliane Branco, exemplo disso é o que acontece na maior estação de tratamento de água do mundo – a ETA do Guandu – e vem deixando os técnicos sanitários sobressaltados. Na opinião dela, se a ETA do Guandu fosse hoje administrada com critérios essencialmente técnicos, dificilmente continua-

**“Não dá para ver as coisas e se omitir. A vida é muito curta para a gente deixar de fazer o que tem de ser feito”**

ria operando com a vazão atual, até que a qualidade da água bruta que chega à estação fosse reavaliada, de maneira a garantir a eficácia do processo de tratamento da água.

Com mais de 30 anos na companhia, Eliane não tem medo de falar dessa questão que, para ela, é muito séria e precisa ser colocada: “A gente chega a uma fase da vida em que a única coisa que importa é a responsabilidade com a sociedade e o compromisso com a profissão que abraçamos – a Biologia. Não dá para ver as coisas e se omitir. A vida é muito curta para a gente desperdiçar e deixar de fazer o que tem de ser feito. Estão politizando demais uma coisa que deve ser apenas técnica. Por isso, todas as demais companhias de saneamento estão andando para a frente, e a CEDAE está ficando para trás”, alerta Eliane, com a autoridade que seus mais de 30 anos de CEDAE (mais três de estágio não remunerado) lhe atestam.

Respeitada por sua competência e dedicação e admirada entre os colegas por sua franqueza, a bióloga, que é Analista de Qualidade, está na ETA do Guandu há cerca de 14 anos, onde montou praticamente toda a estrutura de hidrobiologia da estação. Segundo Eliane Branco, do ponto de vista biológico os laboratórios do Guandu estão preparados para fazer tudo. Mas muita coisa ainda se poderia fazer com baixo custo para melhorar o processo de análise de qualidade, mas depende de vontade política: “Existe, por exemplo, um sistema para detectar metais pesados, além da formação de trihalometanos e toxicidade, que foi de-





envolvido na Universidade Rural e apresentado à CEDAE, mas está dormitando nas gavetas da diretoria”, reclama. Segundo ela, esse sistema daria uma economia muito grande à CEDAE, que já dispõe do equipamento necessário, mas a diretoria prefere terceirizar o serviço, em vez de contratar um consultor que poderia treinar e capacitar todos os técnicos envolvidos com o laboratório.

– Infelizmente, estão dando muito pouca – ou quase nenhuma – prioridade à questão da qualidade. Eu venho lutando há 14 anos e só há cerca de seis, com apoio do Flávio Guedes, consegui montar uma estrutura melhor para detectar toxicidade na água bruta que chega à ETA do Guandu – explicou Eliane. Ela critica a terceirização do controle de qualidade, pois entende que a empresa deveria ter dado oportunidade aos técnicos da casa:

– Há coisas, por exemplo, que devem ser feitas por biólogos, por gente que conhece os aparelhos com intimidade. Por que terceirizar os laboratórios, se a empresa poderia ela própria executar o



**“Por que  
terceirizar os  
laboratórios, se a  
empresa poderia  
executar o  
serviço e ainda  
ganhar dinheiro  
com isso”**

**MULHERES NO SANEAMENTO**

serviço e ainda ganhar dinheiro com isso? – questiona Eliane Branco. Mas para isso, segundo ela, a quantidade não pode ter mais prioridade do que a qualidade, e o trabalho do biólogo é fundamental para isso, adverte.

Com relação ao papel da mulher na CEDAE, ela acha que “as coisas estão mudando quanto ao aspecto profissional. Hoje, a mulher já ocupa o seu lugar de destaque na companhia. Posso citar várias, mas um exemplo que eu acho que é unanimidade é o da engenheira Maria Carmem, que foi diretora da empresa. A CEDAE tinha que ter 500 dela”, afirma Eliane.

Antes de encerrar a entrevista, Eliane Branco fez questão de citar e homenagear dois nomes: o colega de profissão e incentivador Evandro de Brito - “que não por acaso tem por trás uma grande mulher, a minha xará Eliane”, brinca ela – e a da sua mãe – dona Acy. “Era ela que, na época em que mulher ainda não trabalhava, ficava com meus filhos para que pudesse trabalhar”, lembrou Eliane, emocionada.

**Profissionalismo e dedicação**



**Mãe de João Marcello, 23 anos, médico, que já lhe deu um neto – João Vitor – e de Luiz Felipe, 22 anos, cursando atualmente o último ano de Direito na UFF, Eliane está temporariamente afastada da CEDAE por problemas de saúde.**

**Mãe, amiga, profissional, mulher...**

Mas lembra com saudade daquela convivência cordial e amiga que existia antigamente na empresa, especialmente nas épocas de festas, como Natal e Ano Novo.

- Hoje a gente percebe que falta um pouco dessa identidade na CEDAE, que nós precisamos recuperar. Antes todos participavam de tudo, se preocupavam e se envolviam. Hoje, às vezes acontece um problema no Guandu e a gente nem fica sabendo – reclama Eliane.

Orgulhosa de pertencer à empresa, ela é formada em Biologia pela Souza Marques e Pós-gradu-

ada em Hidrobiologia pela UFRJ, extensão que fez por necessidade da própria CEDAE. Na empresa, Eliane começou na ETE da Ilha do Governador, de onde passou mais tarde para a Superintendência de Esgotos, em Botafogo. Eliane Branco trabalhou também na ETE de Realengo, antes de ser mandada para a estação da Penha, onde foi chefe dos laboratórios de esgotos. De lá foi trabalhar na estação de Lemos Cunha, onde montou o laboratório da ETE, e depois em Copacabana, antes de ser transferida para a ETA do Guandu.

Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE.  
Rua Sacadura Cabral, nº120, sala 1004. Centro - RJ. Tel: (21) 2263 6240 - Telefax: (21) 2253 7482.  
Home Page: www.aseac.com.br  
E-mail: aseac@veioxmail.com.br



- mudou-se
- recusado
- desconhecido
- endereço insuficiente
- não existe nº indicado
- falecido
- ausente
- não procurado

Reintegrado ao serviço postal

Em     /     /      
Em     /     /    

Carteiro

